



**Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
Diretoria de Estudos Educacionais - DIREDE**

**Matriz de Referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente¹
Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

Proposta Inicial para Análise e Discussão

1. Introdução

O inciso V do artigo 206 da Constituição Federal determina que o ingresso dos profissionais das redes públicas de ensino deve ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos. No âmbito da educação, a realização periódica de concursos públicos pode ser uma iniciativa de grande valia para valorização do magistério, pois oferece oportunidades iguais a todos os candidatos, permite a seleção dos profissionais com maior potencial para o exercício da carreira e promove a efetivação de professores nos quadros estaduais e municipais, assegurando-lhes um contrato de trabalho permanente. Esses fatores, por sua vez, permitem dotar as escolas de um corpo docente devidamente preparado e com as condições necessárias para desenvolver um trabalho com continuidade – aspectos tão caros à qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

No entanto, há evidências de que o potencial dos concursos públicos para docentes não tem sido devidamente aproveitado no país. Pesquisa da OCDE² estima que dentre aqueles que lecionam nos anos finais do ensino fundamental da rede pública brasileira, 25% atuam por meio de contratos temporários. E, mesmo quando os concursos são realizados, permanece a preocupação com a qualidade das provas utilizadas para a seleção. De acordo com estudo divulgado pela Fundação Carlos Chagas em 2009, as provas para candidatos a lecionar nos anos iniciais do

¹ A *Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente* anteriormente havia sido instituída pela Portaria nº 14, de 21 de maio de 2010, sendo denominada de Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Por essa razão, nos documentos anteriores à Portaria Normativa nº 3, de 2 de março de 2011, que substitui a Portaria nº 14, de 21 de maio de 2010, encontra-se a denominação Exame e não Prova.

² A pesquisa TALIS (Teaching and Learning International Survey) coletou informações de professores e diretores apenas de escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental.

ensino fundamental cobram majoritariamente conhecimentos ligados à legislação e à estrutura de funcionamento dos sistemas educacionais. E, quando abordam conteúdos teóricos, o fazem de modo superficial.

Segundo diversas secretarias de educação, em especial secretarias de municípios de menor porte, suas dificuldades mais recorrentes na realização de concursos estão relacionadas a equipes técnicas reduzidas, que têm pouco conhecimento especializado para organizar e acompanhar a elaboração de provas com a devida qualidade.

Nesse contexto, foi instituída a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente por meio da Portaria Normativa nº 3, de 2 de março de 2011, com o objetivo principal de subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a educação básica. A Prova tem ainda os objetivos de proporcionar parâmetros para a auto-avaliação dos candidatos à docência e oferecer informações para subsidiar a formulação e a avaliação das políticas públicas de formação inicial e continuada de docentes.

Com a iniciativa, pretende-se promover a melhoria dos processos de contratação de docentes em termos quantitativos e qualitativos. Como a elaboração e a aplicação do Exame estarão a cargo do INEP, as secretarias que fizerem adesão ao Exame não precisarão contratar empresas para realizar as provas de seus concursos. Se desejarem, todo ano as secretarias poderão abrir editais de concursos para o número de cargos que julgarem necessário. Mesmo que esse número seja pequeno, as secretarias poderão utilizar os resultados do Exame para classificar os candidatos a essas vagas. Assim, espera-se que as secretarias passem a contratar, com maior regularidade, professores para cargos permanentes. Para os candidatos, a existência de uma única Prova aplicada em todo o país e utilizada por diversos estados e municípios aumentará significativamente suas possibilidades de escolha do local de trabalho, bem como a oportunidade de se tornarem professores efetivos de uma rede de ensino.

A iniciativa também permitirá que as provas para a seleção tenham melhor qualidade. Isso porque a elaboração dos testes será baseada em uma matriz de referência construída por meio de um amplo processo de discussão que norteará a Prova ao longo dos anos. Nessa Prova, a concepção da matriz de referência partiu de seu objetivo principal: subsidiar os processos de seleção para contratação de docentes. Especificamente, nesse primeiro momento, para subsidiar a contratação de candidatos a lecionar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Para orientar qualquer processo seletivo, é essencial desenhar o perfil profissional esperado para aqueles que serão contratados. Como só é possível avaliar o perfil profissional por completo no exercício da profissão, o que se busca nos processos seletivos é levantar evidências

sobre o potencial do candidato para alcançar o perfil esperado em sua futura atuação. Nos concursos públicos, especificamente, esse levantamento é feito por meio de provas escritas, no intuito de garantir a impessoalidade e a isonomia dos processos.

No âmbito dessa Prova, a delimitação do perfil profissional e de critérios para a construção do instrumento de avaliação deve considerar ainda a complexidade da própria profissão, reconhecendo a docência, não como a mera aplicação de técnicas descontextualizadas para reproduzir conhecimentos, mas sim como um processo contínuo de auto-formação e de ressignificação de saberes frente aos desafios da prática cotidiana.

Desse modo, considerando as especificidades da profissão docente e com o intuito de levantar evidências sobre o potencial do candidato para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, optou-se por construir uma matriz fundamentada em uma abordagem de avaliação de competências.

2. Avaliação de Competências

O termo “competência” é bastante difundido e utilizado sob perspectivas distintas em diferentes correntes, domínios e disciplinas nas ciências sociais e humanas, como a educação, a psicologia e os campos do trabalho e das organizações. Nos campos da educação e da formação profissional, diversos autores apresentam o conceito de competência como organização, seleção e mobilização de diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas), na ação, para o enfrentamento de uma situação-problema específica.

Uma competência está, portanto, relacionada à forma como os indivíduos administram recursos cognitivos, sociais e afetivos para lidar, com sucesso, com uma determinada situação. Nessa perspectiva, as competências estão ligadas a recursos de origens diversas, mobilizados segundo redes operatórias e inerentes a uma ação contextualizada. As competências são, dessa forma, bastante flexíveis e adaptáveis a diferentes contextos e problemáticas, apoiadas na organização, seleção e mobilização de uma variedade de recursos.

O sucesso da mobilização e utilização de recursos para enfrentamento de situações está intimamente ligado ao seu uso adequado de acordo com as características da situação. Assim, o desenvolvimento de competências supõe que o indivíduo não somente adquira recursos, como conhecimentos ou habilidades, mas construa, a partir deles, combinações apropriadas à ação.

Atitudes, valores, conhecimentos e habilidades são, portanto, elementos constitutivos das competências, mas não se confundem com elas justamente por não estarem articulados e contextualizados em uma ação, quando considerados isoladamente. As competências devem ser consideradas como a articulação, e não simplesmente a soma desses e de outros recursos para o enfrentamento de uma situação, como a resolução de um problema ou a tomada de uma decisão.

O desenvolvimento de uma competência requer que a pessoa não somente enfrente uma situação com sucesso, mas também compreenda por que e como agiu. Esse desenvolvimento envolve, portanto, autonomia e auto-regulação de ações, de forma que o indivíduo saiba contar com seus próprios recursos, com os recursos do ambiente e, inclusive, com recursos de outros indivíduos, e consiga generalizar a competência para situações distintas.

Consequentemente, a expressão de uma competência se dá na interação entre o indivíduo e o ambiente. Como implicação prática, a avaliação de competências destaca-se, entre outros pontos, por não objetivar a avaliação de *performance*, de capacidades específicas ou de conhecimento de conteúdos descontextualizados da prática profissional. Essa abordagem permite explorar a complexidade relacionada à profissão docente, pois supõe uma articulação mais flexível entre a construção do conhecimento (teoria) e sua transposição para ações no cotidiano profissional (prática).

No decorrer de sua formação profissional, cada docente terá desenvolvido um conjunto singular de competências relacionadas à sua prática. No entanto, em um concurso público para a seleção de profissionais, é preciso delimitar um conjunto de competências que sirvam como pontos de referência e que, ao mesmo tempo, permitam a sua avaliação por meio de instrumentos escritos.

Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento de competências é um processo contínuo e, portanto, deve ser avaliado como tal. Isso quer dizer que não se avalia se um indivíduo tem ou não determinada competência – se ele é ou não competente – mas sim seu grau de desenvolvimento daquela competência.

Ao optar por uma abordagem de avaliação de competências, buscou-se um modelo que mais se aproxime do modo como as competências são desenvolvidas: vinculadas aos contextos vivenciados pelos indivíduos. Para tal, as questões estarão embasadas em situações relativas a contextos que envolvem a futura atuação profissional do docente. Elas abordarão o ambiente de trabalho na sala de aula, de planejamento das atividades docentes, de interação com as famílias e a comunidade e outros temas relacionados à educação. Não se reduz, portanto, o desenvolvimento de competências ao treinamento de um conjunto de habilidades específicas ou de conhecimentos processuais que realcem apenas uma dimensão técnica da profissão.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma prova para concurso público, o candidato será avaliado em termos do grau do desenvolvimento das competências no momento da realização das provas. Dessa forma, o desempenho na Prova não é um diagnóstico definitivo das potencialidades de um examinando, mas sim um recorte feito em um momento específico, de acordo com as características avaliadas. Em segundo lugar, não será possível avaliar os examinandos em uma perspectiva longitudinal, observando o desenvolvimento de competências ao longo de sua carreira. O candidato deve considerar seu desempenho na Prova como um referencial para seu

desenvolvimento profissional – seja para o início de sua carreira na rede pública, seja para a preparação para outras edições da Prova.

3. Processo de Construção da Proposta de Matriz de Referência

O processo de elaboração da proposta de matriz de referência teve como ponto de partida o levantamento de características relativas ao perfil esperado para um docente ingressante nas redes públicas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades regular e EJA.

Com essa perspectiva, foram analisados documentos nacionais que regulamentam a atuação dos docentes nessas etapas e modalidades de ensino, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica.³ Além desses documentos, foram consideradas experiências de países que fizeram discussões para o estabelecimento de um perfil básico nacional comum para os docentes ou que possuíam processos avaliativos estabelecidos em nível nacional⁴.

Também foram efetuadas ações de consulta direta à sociedade. Entre os dias 20 de maio e 3 de julho de 2010, realizou-se uma consulta pública, por meio do *site* do INEP, com o objetivo de submeter à sociedade, referenciais para a elaboração da matriz da Prova. Os referenciais apresentados consistiram de uma proposta para discussão com uma lista de temas para compor a Prova. Por meio da consulta pública, indivíduos e instituições puderam fazer contribuições acerca dos referenciais apresentados. Ao final dos 45 dias, 1.592 pessoas e 90 instituições (Secretarias de Educação, escolas, centros de estudos, Instituições de Ensino Superior, entre outras) haviam contribuído com a consulta pública.

Nos dias 31 de junho e 1º de julho de 2010, realizou-se um seminário com profissionais que atuam diretamente nas escolas para receber suas contribuições a respeito do perfil profissional esperado para um ingressante na carreira docente das redes públicas de ensino. De cada estado brasileiro, foram convidados o diretor e mais um profissional – professor, coordenador ou vice-diretor – da escola municipal e da escola estadual com maior Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do ensino fundamental em 2007. O seminário contou com a participação de 94 profissionais dessas escolas.

³ Todos os documentos analisados constam da lista da bibliografia consultada, que se encontra ao final deste documento.

⁴ Foram levantadas informações relativas a diversas experiências internacionais. Para a Prova, analisou-se com maior detalhamento o perfil docente e as avaliações existentes no Chile, em Cuba, nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Essa fase inicial de análises e consultas possibilitou o levantamento de um perfil profissional esperado para a docência, englobando diversos aspectos, como conhecimentos, habilidades, valores, crenças e atitudes. Esse perfil se mostrou semelhante para professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, tanto na modalidade regular como na modalidade EJA. As competências que esses profissionais devem desenvolver para alcançar o perfil esperado são as mesmas, pois os professores devem sempre considerar a forma pela qual seus alunos aprendem e se desenvolvem para realizar o trabalho pedagógico, e são essas formas que diferem as etapas e modalidades – não as competências dos professores. Um candidato à docência nessas etapas e modalidades deve não só conhecer as diferenças de aprendizagem entre esses grupos, como desenvolver as competências para planejar, ensinar, acompanhar e avaliar de forma diferenciada esses alunos.

A partir dessa análise, foi produzida uma proposta preliminar de concepção e estrutura de matriz de referência para a Prova, a qual foi submetida à análise de uma comissão assessora. A Comissão Assessora para a Elaboração da Matriz de Referência foi instituída por meio da Portaria nº 338, de 9 de setembro de 2010, e teve as atribuições de analisar os materiais levantados pela equipe do Inep; discutir o perfil desejado para os profissionais que ingressarão na carreira docente; discutir as competências que serão avaliadas; propor e discutir os objetos de conhecimento de cada área relacionada à docência; e analisar a viabilidade de se avaliar as competências e objetos de conhecimento propostos. Foram realizados quatro encontros da Comissão Assessora, cada um deles com dois dias de trabalho, nos quais os especialistas puderam analisar e propor alterações na proposta preliminar elaborada pela equipe técnica do INEP.

A Comissão foi composta por um grupo diversificado de especialistas, tanto em termos regionais quanto em relação às suas experiências profissionais – tendo como ponto em comum o trabalho voltado para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades regular e EJA. Foram consideradas a experiência em pesquisa; a atuação na formação inicial e continuada de docentes; a atuação na coordenação/supervisão pedagógica; a participação em programas federais, tais como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Pró-Letramento; e participação na elaboração de avaliações educacionais, como a Provinha Brasil.

A comissão foi formada por 71 especialistas com notório conhecimento nas seguintes áreas relacionadas à docência nas etapas e modalidades às quais esta Prova se refere: planejamento, ensino e avaliação pedagógica; legislação e políticas educacionais; desenvolvimento humano e aprendizagem; conteúdo e ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Geografia e História. Profissionais com experiência específica na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos estavam distribuídos nesses grupos – em especial nos três primeiros. Complementarmente, foram consultados 12 especialistas no ensino de Arte e Educação Física, com o objetivo de incluir as especificidades dessas áreas na matriz de referência.

Ao longo dos trabalhos, a proposta da matriz foi sendo reformulada visando sistematizar o referencial teórico e otimizar a operacionalização do processo de construção do instrumento de medida. A proposta de matriz de referência apresentada a seguir foi consolidada pela equipe técnica do INEP ao final de todo esse processo de levantamento de informações, consultas à sociedade e à Comissão Assessora, após ter sido também analisada criticamente por especialistas em avaliações educacionais e profissionais que atuam em escolas da rede pública de ensino básico.

4. A Proposta de Matriz de Referência

A Proposta de Matriz de Referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente é composta por dois eixos que sistematizam as competências e sua articulação com objetos de conhecimento relacionados ao perfil profissional do professor que atuará na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

O primeiro eixo é composto por dez competências organizadas em três dimensões do perfil profissional e o segundo eixo é composto por um conjunto de conhecimentos organizados em dez blocos.

As dimensões do perfil profissional se referem a conjuntos específicos de características do perfil e, cada uma delas, agrupa competências relacionadas à análise de contextos e ao enfrentamento de situações do cotidiano do trabalho docente. O candidato deverá mobilizar diferentes recursos, que incluem o domínio dos objetos de conhecimento.

Proposta de Matriz de Referência da Prova Nacional para o Ingresso na Carreira Docente

Eixo das Dimensões do Perfil Profissional

Dimensão A – Profissão Docente e Cidadania

Competência A1. Compreender aspectos culturais, sociais, ambientais, políticos, econômicos e tecnológicos da sociedade e suas interfaces com a educação.

Competência A2. Atuar em situações do cotidiano escolar com base na legislação vigente.

Competência A3. Promover ações, no âmbito da comunidade escolar, com vistas à inclusão e ao respeito às diversidades.

Dimensão B – Trabalho Pedagógico

Competência B1. Planejar o trabalho pedagógico para orientar os processos de ensino e aprendizagem.

Competência B2. Utilizar estratégias e recursos pedagógicos diversificados para alcançar os objetivos pedagógicos.

Competência B3. Utilizar procedimentos de acompanhamento e avaliação de forma articulada e coerente com as estratégias pedagógicas.

Dimensão C – Domínio dos Conteúdos Curriculares

Competência C1. Comunicar-se com coerência e coesão por meio de texto escrito.

Competência C2. Compreender e utilizar os conteúdos curriculares, apresentados em diferentes linguagens.

Competência C3. Empregar conhecimento referente aos conteúdos curriculares para resolver situações-problema.

Competência C4. Articular conhecimentos referentes aos diferentes conteúdos curriculares para analisar fenômenos do mundo natural e social.

Eixo dos Objetos de Conhecimento

1. Políticas Educacionais;
2. Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico;
3. Desenvolvimento, Ensino e Aprendizagem;
4. Língua Portuguesa e seu Ensino;
5. Matemática e seu Ensino;
6. História e seu Ensino;
7. Geografia e seu Ensino;
8. Ciências Naturais e seu Ensino;
9. Arte (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e seu Ensino;
10. Educação Física e seu Ensino.

Eixo das Dimensões do Perfil Profissional

Esse eixo é composto por três dimensões: *Dimensão A – Profissão Docente e Cidadania*; *Dimensão B – Trabalho Pedagógico*; e *Dimensão C – Domínio dos Conteúdos Curriculares*, descritas a seguir.

Dimensão A – Profissão Docente e Cidadania

Essa dimensão é composta por competências que avaliam as características do perfil profissional relacionadas à atuação docente na construção da cidadania, de acordo com princípios éticos e estéticos, observando a legislação e as normas vigentes. Essa atuação deve ser pautada na promoção da inclusão; na valorização das diversidades; na gestão democrática do ensino público; na valorização da experiência extraescolar; na vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; na colaboração e cooperação com a equipe escolar, famílias e comunidade; e na garantia de padrão de qualidade da educação.

Competência A1. Compreender aspectos culturais, sociais, ambientais, políticos, econômicos e tecnológicos da sociedade e suas interfaces com a educação.

Espera-se que o docente compreenda e esteja atualizado sobre os principais aspectos culturais, sociais, ambientais, políticos, econômicos e tecnológicos da sociedade e reconheça como esses aspectos influenciam o cotidiano escolar e os acontecimentos na área da educação, assim como esses aspectos são influenciados pelas políticas e práticas educacionais.

Competência A2. Atuar em situações do cotidiano escolar com base na legislação vigente.

Espera-se que o docente atue em situações diversas do contexto escolar pautando-se por aspectos da legislação vigente.

Competência A3. Promover ações, no âmbito da comunidade escolar, com vistas à inclusão e ao respeito às diversidades.

Espera-se que o docente elabore ações e atue de forma a promover a inclusão, a igualdade de condições para o acesso, permanência e aprendizagem na escola e a valorização das diversidades e identidades.

Dimensão B – Trabalho Pedagógico

Essa dimensão é composta por competências que avaliam as características do perfil profissional relacionadas às atividades de planejamento, ensino e avaliação pedagógica. Ela envolve o domínio de conhecimentos e práticas que permitem que um docente contribua para o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos, articulando o cuidar e o educar. Essas atividades devem ser orientadas pelas especificidades dos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos (crianças, adolescentes, jovens e adultos) e articuladas ao projeto político pedagógico do estabelecimento de ensino. O docente deve planejar, executar, avaliar e refletir sobre suas próprias decisões e práticas, em um processo contínuo e sistemático que visa, além da aprendizagem dos educandos, seu próprio desenvolvimento profissional.

Competência B1. Planejar o trabalho pedagógico para orientar os processos de ensino e aprendizagem.

Espera-se que o docente planeje seu trabalho por meio do estabelecimento de objetivos pedagógicos e da organização e dimensionamento das atividades, do tempo e dos recursos destinados ao alcance dos objetivos definidos, entre outras ações. Ao planejar, o docente deve observar as especificidades do desenvolvimento de seus educandos, bem como o que está proposto no projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino.

Competência B2. Utilizar estratégias e recursos pedagógicos diversificados para alcançar os objetivos pedagógicos.

Espera-se que o docente conheça e selecione estratégias e recursos pedagógicos voltados ao alcance dos objetivos pedagógicos propostos, levando em consideração as especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem dos educandos. Espera-se também que ele diversifique as estratégias, além de adaptar ou criar recursos pedagógicos para superar desafios nos processos de ensino e aprendizagem.

Competência B3. Utilizar procedimentos de acompanhamento e avaliação de forma articulada e coerente com as estratégias pedagógicas.

Espera-se que o docente conheça, selecione e utilize procedimentos de acompanhamento e avaliação que sejam articulados e coerentes com as estratégias pedagógicas adotadas por ele. Espera-se também que o docente utilize as informações obtidas por meio dos processos avaliativos para se comunicar com os educandos sobre sua aprendizagem e para analisar as estratégias e recursos pedagógicos utilizados.

Dimensão C – Domínio dos Conteúdos Curriculares

Essa dimensão é composta por competências que avaliam as características do perfil profissional relacionadas ao domínio dos conteúdos curriculares que são lecionados nos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades regular e EJA: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física. Além dos conteúdos curriculares relativos às expectativas de aprendizagem referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, o domínio envolve conteúdos mais avançados dessas áreas que subsidiem a promoção da aprendizagem de forma significativa e contextualizada e a preparação, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, para as etapas posteriores de ensino. As competências que compõem esse domínio requerem que o conhecimento seja contextualizado e articulado para o enfrentamento de situações que envolvam fenômenos do mundo natural e social.

Competência C1. Comunicar-se com coerência e coesão por meio de texto escrito.

Espera-se que o docente se comunique por meio da produção de textos legíveis, caracterizados pela coerência, pela coesão e pelo respeito às normas do registro formal culto da língua portuguesa.

Competência C2. Compreender e utilizar os conteúdos curriculares, apresentados em diferentes linguagens.

Espera-se que o docente compreenda e saiba utilizar os conteúdos curriculares nas múltiplas linguagens que compõem os currículos dos anos iniciais do ensino fundamental. O docente deve, portanto, reconhecer essas linguagens e fazer inferências a partir de textos apresentados em diversas linguagens, tais como a literária, a matemática, a científica, a artística, entre outras.

Competência C3. Empregar conhecimentos referentes aos conteúdos curriculares para resolver situações-problema.

Espera-se que o docente compreenda situações-problema, elabore e execute estratégias que permitam resolvê-las adequadamente, amparado no conhecimento dos conteúdos curriculares.

Competência C4. Articular conhecimentos relacionados aos diferentes conteúdos curriculares para analisar fenômenos do mundo natural e social.

Espera-se que o docente articule conhecimentos relacionados aos diferentes conteúdos curriculares, sejam eles da mesma área do conhecimento ou de áreas distintas, para observar, descrever, classificar, comparar e analisar situações do mundo natural e social.

Eixo dos Objetos de Conhecimento

Esse eixo é composto por objetos de conhecimento organizados em dez blocos. Cada bloco apresenta tópicos que serão desenvolvidos nos itens da prova, tendo como foco a avaliação de cada uma das competências. Os três primeiros blocos se referem a conhecimentos específicos da formação do professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental: Políticas Educacionais; Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico; e Desenvolvimento, Ensino e Aprendizagem.

Os outros sete blocos se referem aos conhecimentos que não só fazem parte da formação do professor como também deverão ser por ele ensinados: Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências Naturais; Arte e Educação Física. Esses objetos serão abordados, portanto, sob duas perspectivas: em situações relativas ao trabalho pedagógico e na resolução de outras situações que exijam o conhecimento desses assuntos para seu enfrentamento. Dada a peculiaridade da profissão docente, sabe-se que essas abordagens na prática não ocorrem de forma dissociada, pois o que o professor sabe revela-se no momento em que ele ensina. Por outro lado, reconhece-se que há diferenças entre dominar os conteúdos e saber ensiná-los. Por esse motivo, os conteúdos serão avaliados de acordo com cada dimensão que organiza as competências.

Vale ressaltar que, da mesma forma que não será cobrado um conhecimento descontextualizado dos objetos apresentados, as leis e documentos oficiais não serão abordados isoladamente, mas como uma fonte dos conhecimentos relativos a políticas educacionais e a organização e gestão do trabalho pedagógico que serão utilizados pelos candidatos para analisar e enfrentar as situações-problema apresentadas.

Os dez blocos de objetos de conhecimento que servirão de referência tanto para a elaboração dos itens de avaliação, como para a orientação do candidato em relação ao que será exigido ao longo do exame, são apresentadas a seguir.

1. Políticas Educacionais: papel do Estado e direito à educação; organização, regulação e avaliação da educação básica; financiamento da educação; formação e valorização docente; gestão democrática; democratização do acesso, permanência e qualidade da educação; inclusão escolar e múltiplas diversidades.

2. Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico: função social da escola; projeto político-pedagógico; planejamento; currículo; didática; organização do tempo e do espaço; acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.

3. Desenvolvimento, Ensino e Aprendizagem: processos de ensino e aprendizagem; desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e psicomotor; ludicidade; interações sociais; inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

4. Língua Portuguesa e seu Ensino: alfabetização e letramento; princípios do sistema alfabético de escrita; apropriação do sistema de escrita alfabético; oralidade; práticas sociais de leitura e escrita; compreensão leitora; produção textual de diversos gêneros; análise linguística na produção e revisão textual; formação do leitor e literatura.

5. Matemática e seu Ensino: apropriação do sistema de numeração decimal; números naturais; números racionais; álgebra elementar; espaço e forma; grandezas e medidas; tratamento da informação; materiais concretos e jogos matemáticos; resolução de problemas.

6. História e seu Ensino: tempo e espaço no conhecimento histórico e suas diferentes formas de compreensão e representação; problematizações, fontes e narrativas na construção do conhecimento histórico; identidades e diversidade cultural; memória e patrimônio; sujeitos históricos, suas relações na sociedade e cidadania; relações étnico-raciais; história e cultura afro-brasileira e indígena.

7. Geografia e seu Ensino: espaço geográfico; elementos da natureza; lugar enquanto espaço vivido e como ponto de articulação social; concepções de paisagens; região e regionalização; território e territorialidades; cartografia escolar; trabalho de campo; educação ambiental.

8. Ciências Naturais e seu Ensino: ambiente e transformação da natureza; saúde; seres vivos; organização e representação do mundo físico; propriedades e transformações da matéria e da energia; experimentação e outros procedimentos científicos.

9. Arte (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e seu Ensino: aspectos históricos, culturais e sociais; produções artístico-culturais; elementos das formas de expressão; apreciação; contextualização; criação e prática artística.

10. Educação Física e seu Ensino: corpo e cultura; jogos, brincadeiras e brinquedos; esporte e sociedade; princípios e procedimentos metodológicos das práticas corporais.

Bibliografia Consultada:

ARAÚJO, C. M. M. *Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências: Uma opção para a Capacitação Continuada*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

_____. O desenvolvimento de competências no ENADE: a mediação da avaliação nos processos de desenvolvimento psicológico e profissional. *Avaliação* (Campinas), Unicamp, Campinas, 9 (4), pp. 77-97, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (Atualizada). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Atualizada). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 01 jun. 2010.

_____. [Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Atualizada). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 3, de 2 de março de 2011. *Institui a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente*. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de março de 2011, Seção I, p. 9.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 1998, Seção I, p. 31-32.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000, Seção I, p. 18-19.

_____. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

_____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

_____. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18-19.

_____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824 - 828.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Ciências. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Ciências Naturais. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Geografia. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: História. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Língua Portuguesa. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Matemática. Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Brasília, 2009.

_____. *Conteúdos mapeados dos currículos para o 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental em capitais selecionadas: São Luís/MA; Distrito Federal/DF; São Paulo/SP; Salvador/BA; Curitiba/PR; Rio Branco/AC*. Brasília. Documento ainda não publicado.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)*. Volumes 1 a 10: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Apresentação dos Temas Transversais e Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Guia de Elaboração e Revisão de Itens*. Brasília, 2010. v. 1.

_____. Portaria nº 338, de 9 de setembro de 2010. *Institui a Comissão Assessora de Elaboração da Matriz de Referência do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente*. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de setembro de 2010, Seção 2, p. 19-20.

CABRAL-CARDOSO, C.; ESTÊVÃO, C. V. & SILVA, P. *Competências transversais dos diplomados do ensino superior: perspectivas dos empregadores e diplomados*. Braga: TecMinho, 2006.

DOLZ, J; OLLAGNIER, E. *O enigma da competência em educação*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ESTEVEZ, M. Construção e desenvolvimento das competências profissionais dos professores. *Sísifo Revista de Ciências da Educação*, 08, pp. 37-48, 2009.

GATTI, B.; NUNES, M. (coord.) *Formação de Professores para o Ensino Fundamental: Estudo de Currículos das Licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

JONNAERT, P.; BARETTE, J.; BOUTRAHI, S; & MASCIOTRA, D. Contribution critique au développement des programmes d'études: compétences, constructivisme et interdisciplinarité. *Revue des sciences de l'éducation*, 30 (3), p. 667-696, 2004.

JONNAERT, P.; MASCIOTRA, D.; BARRETTE, J.; MOREL, D. & MANE, Y. *From competence in the curriculum to competence in action*. *Prospects*, XXXVII (2), 2007.

LE BOTERF, G. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. De quel concept de compétence avons-nous besoin?. In: ANFH. *Dossier les compétences, de l'individuel au collectif*. Disponível em: <http://www.anfh.asso.fr/prog_pic_1612.pdf 04/08/2010>.

MARKET, W. Trabalho e comunicação: reflexões sobre um conceito dialético de competência. *Educação & Sociedade*, 79, pp.189-211, 2002.

MASCIOTRA, D. Réflexivité, métacognition et compétence. *Vie pédagogique*, 134, février-mars, 2005.

NATIONAL BOARD OF PROFESSIONAL TEACHING STANDARDS. *What teachers should know and be able to do*. Arlington, USA, 2002.

OCDE. *The definition and selection of key competencies - executive summary*. Disponível em: www.deseco.admin.ch.

_____. PISA 2009 Assessment Framework - Key competencies in reading, mathematics and science. Disponível em: www.oecd.org.

_____. Teaching and Learning International Survey (TALIS). *Creating Effective Teaching and Learning Environments: First Results from TALIS*. 2009.

PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, É. (Orgs.). *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. *Construire un referential de competences pour guider une formation professionnelle*. Manuscrito Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2001/2001_33.rtf (2001).

_____. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Educación. Centro de Perfeccionamiento, Experimentación e Investigaciones Pedagógicas (CPEIP). *Marco para la Buena Enseñanza*. Santiago, Chile, 2008.

RICARDO, E. C. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. *Cadernos de Pesquisa*, 40 (140), pp. 605-628, 2010.

RYCHEN, D. S. & SALGANIK, L. *Definition and Selection of Competencies Symposium - Discussion Paper*. (2002). Disponível em: www.deseco.admin.ch

SALGANIK L.H., RYCHEN D.S., MOSER U. & KONSTANT J. W. *Projects on Competencies in the OECD Context - Analysis of Theoretical and Conceptual Foundations*. Neuchâtel, Switzerland: Swiss Federal Statistical Office. (1999). Disponível em: www.deseco.admin.ch

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Développer un programme par compétences: de l'intention à la mise en oeuvre. *Pédagogie collégiale*, 16 (3), pp. 36-44, 2003

TRAINING AND DEVELOPMENT AGENCY FOR SCHOOLS. *Professional Standards for Teachers Qualified Teacher Status*. London, 2007.

_____. *Professional Standards for Teachers Core*. London, 2007.

VALDÉS, Héctor. *El desempeño del maestro y su evaluación*. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2004.

WITTORSKI, R. La compétence au travail. *Education Permanente*, 135, pp. 57-69, 1998.

ZARIFIAN, P. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas*. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2003.